



Diciembre 2019 - ISSN: 1988-7833

MATO GROSSO DO SUL: UM BREVE CONTEXTO SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Adriano Roberto Franquelino¹
adrianofranquelinogeo@gmail.com

Arlindo Ananias Pereira da Silva²
Mestrando em Agronomia pela Unesp
arlindo.ananias@unesp.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Adriano Roberto Franquelino y Arlindo Ananias Pereira da Silva (2019): "Mato Grosso do sul: um breve contexto sobre o programa minha casa minha vida", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (diciembre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/12/programa-casa-minha.html>

RESUMO :

Esse trabalho é um ensaio sobre a dinâmica regional do Programa Minha Casa Minha Vida no Mato Grosso do Sul, seu cenário e a produção de unidades habitacionais, partindo do pressuposto do déficit habitacional que mostra resultados representativos no estado, retratando a evolução e a proporção dessa Política Pública de Habitação. Nesse sentido o PMCMV conta com o Plano Nacional de Habitação, essas ações políticas são realizadas pelo PMCMV, com extensa participação do Estado.

Palavras chaves: Programa Minha Casa Minha Vida; Política Pública; Déficit Habitacional; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT:

This work is an essay on the regional dynamics of the My Home My Life Program in Mato Grosso do Sul, its scenario and the production of housing units, based on the assumption of the housing deficit that shows representative results in the state, portraying the evolution and the proportion of this Public Housing Policy. In this sense the PMCMV counts on the National Housing Plan, these political actions are carried out by the PMCMV, with extensive participation of the State.

Keywords: My Home My Life Program; Public policy; Housing deficit; Mato Grosso do Sul.

RESUMEN :

Este trabajo es un ensayo sobre la dinámica regional del Programa Mi Casa Mi Vida en Mato Grosso do Sul, su escenario y la producción de unidades habitacionales, partiendo del presupuesto del déficit habitacional que muestra resultados representativos en el estado, retratando la evolución y la proporción de esa evolución Política Pública de Vivienda. En ese sentido el PMCMV cuenta con el Plan Nacional de Vivienda, esas acciones políticas son realizadas por el PMCMV, con extensa participación del Estado.

Palabras claves: Programa Mi Casa Mi Vida; Política Pública; Déficit Habitacional; Mato Grosso do Sul.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

² Mestrando em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista

De acordo com SEMADE (2015) o Estado de Mato Grosso do Sul foi formado pelo desmembramento do Sul do antigo Mato Grosso, sua criação foi resultado da instalação de um Estado modelo em termos de gestão organizacional e administrativa, transformando-o em um novo Eldorado econômico, devido suas potencialidades e capacidades naturais. Mato Grosso do Sul foi criado a partir do desmembramento do Estado de Mato Grosso pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Mas a inauguração como unidade da Federação oficial foi em 1979, contou com o apoio do Governo Militar, com o ideário e estratégia política de interiorizar o desenvolvimento nacional, assim reduzir os vazios demográficos e potencializar novas fronteiras de produção agropecuária e agroindustrial, permitindo o surgimento de diversas atividades produtivas em escala comercial e com uso intensivo de capital e tecnologia, exemplificado com a modernização da atividade agropastoril ocorrida nas últimas três décadas principalmente nos cerrados do oeste brasileiro.

O crescimento do Sul de Mato Grosso que se nas primeiras décadas do Séc. XX foi pela implantação da ferrovia que facilitou o intercâmbio com diversidades do Brasil, assim pessoas e mercadorias circularam mais intensamente dinamizando a vida das localidades por onde os trilhos passavam. A ferrovia foi construída para o Oeste sob a alegação da guarnição das fronteiras internacionais com a Bolívia e com o Paraguai. Sendo assim, o Estado enfrentou dificuldades no campo político, além de ter quatro governadores no período de 1979 a 1985 dos quais três nomeados pelo Governo Federal gerando assim, instabilidades na conjuntura política que tiveram um posicionamento negativo nas transações de recursos e investimentos financeiros na modernização da infraestrutura do Estado, causando uns desequilíbrios nas suas finanças públicas. Nesse sentido, enfrentado dificuldades tanto no campo político como no financeiro, os avanços experimentados nas áreas de infraestrutura, como: transportes, o Estado vai expandindo suas fronteiras. Diante disso, todas as adversidades de conjuntura interna e externa, como a segunda crise do petróleo, em 1979, e a Crise Financeira Internacional, provocada pela moratória de dívida externa mexicana, com grandes impactos no sistema financeiro global no início da década de 1980, verificaram-se avanços extraordinários na economia dos estados do interior do Brasil inclusive no Mato Grosso do Sul, com a materialização da agricultura moderna com alta produtividade em grande escala no Centro-Oeste brasileiro, contribuiu para colocar o país no associação dos maiores produtores mundiais de grãos. Mediante isso, a economia de Mato Grosso do Sul conheceu entre 1980/2012 etapas classificadas como avanços econômicos, especialmente no setor agropecuário e na agroindústria, devido a modernização e incorporação tecnológica na pecuária e o aumento expressivo na produção de grãos, notadamente na década de 1980, com crescimento superior a 8% a.a., impulsionado pelo ganho de produtividade e expansão em novas áreas.

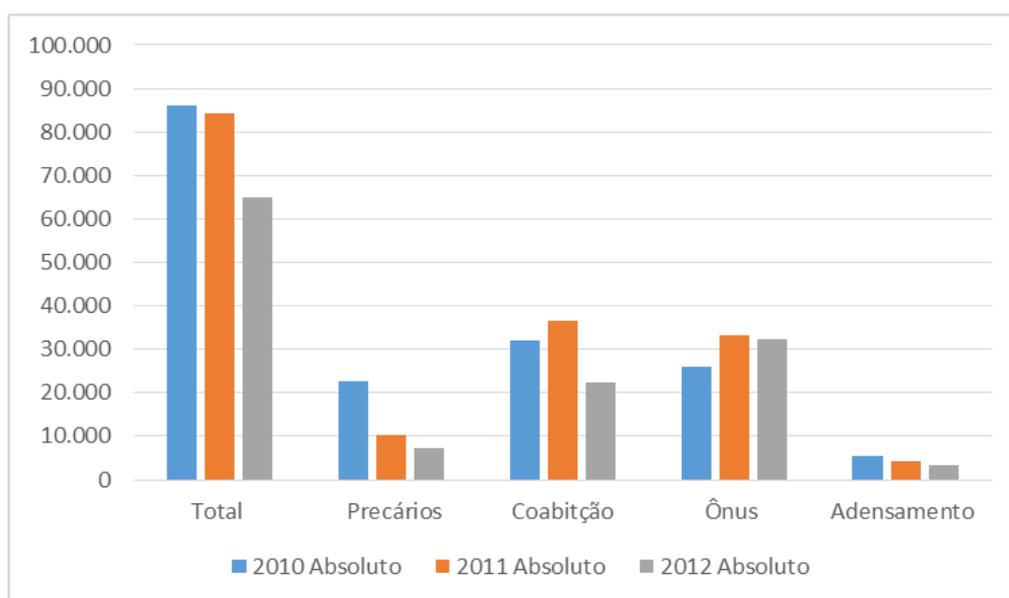
Logo após essa explicação da formação de Mato Grosso do Sul, outro ponto importante a destacar é que o governo do estado visando fornecer parâmetros para uma política de desenvolvimento urbano, destina investimento público com apoio do governo federal, no intento de diminuir a desigualdade social e regional, elabora um estudo que tem

como análise as necessidades habitacionais do Mato Grosso do Sul, que tem como referência estudos desenvolvidos no setor habitacional de MS, como o déficit habitacional no MS. Esses estudos foram realizados pelo Fundação João Pinheiro, sob a coordenação e aprovação do Ministérios das Cidades.

Os Mapas 1, 2 e 3 apresentam o déficit habitacional por componente e absoluto dos municípios de Mato Grosso do Sul, obtidos na base de dados Fundação João Pinheiro, permitindo o cruzamento de uma série de variáveis, o intento de aprofundar na questão habitacional em Mato Grosso do Sul o resultado do estudo sobre déficit habitacional tem como base as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010 o total do déficit habitacional dos municípios de MS, configurou-se a necessidade de um total de 86.012 moradias, tendo como componente principal a coabitação, seguida do ônus excessivo de aluguel, após habitação precária e adensamento excessivo.

Em Campo Grande o déficit habitacional em número absoluto, em relação aos demais municípios, está acima de 7mil unidades (Mapa 5) do déficit total do Estado, já o déficit por componente Campo Grande apresenta 10 mil unidades (Mapa 3) no que se refere à coabitação familiar. Já o relatório de produção habitacional no Mato Grosso do Sul tem-se com um estudo realizado pela SEHAB (Secretaria de Estado de Habitação) é do período de 2007 a 2014 (Quadro 5), com ações desenvolvidas nos municípios do Estado, especificando o estágio em que se encontram e dividido por regiões, sendo que a de Campo Grande com unidades habitacionais concluídas e entregues é de 14.230, seguida pela região de Dourados com 6.579 ficando em terceiro lugar a região Sul Fronteira com 4.366 e acompanhada da região do Bolsão com 3.681.

Gráfico 1: Déficit Habitacional em Mato Grosso do Sul.



Fonte: Secretaria de Estado de Habitação, 2016.

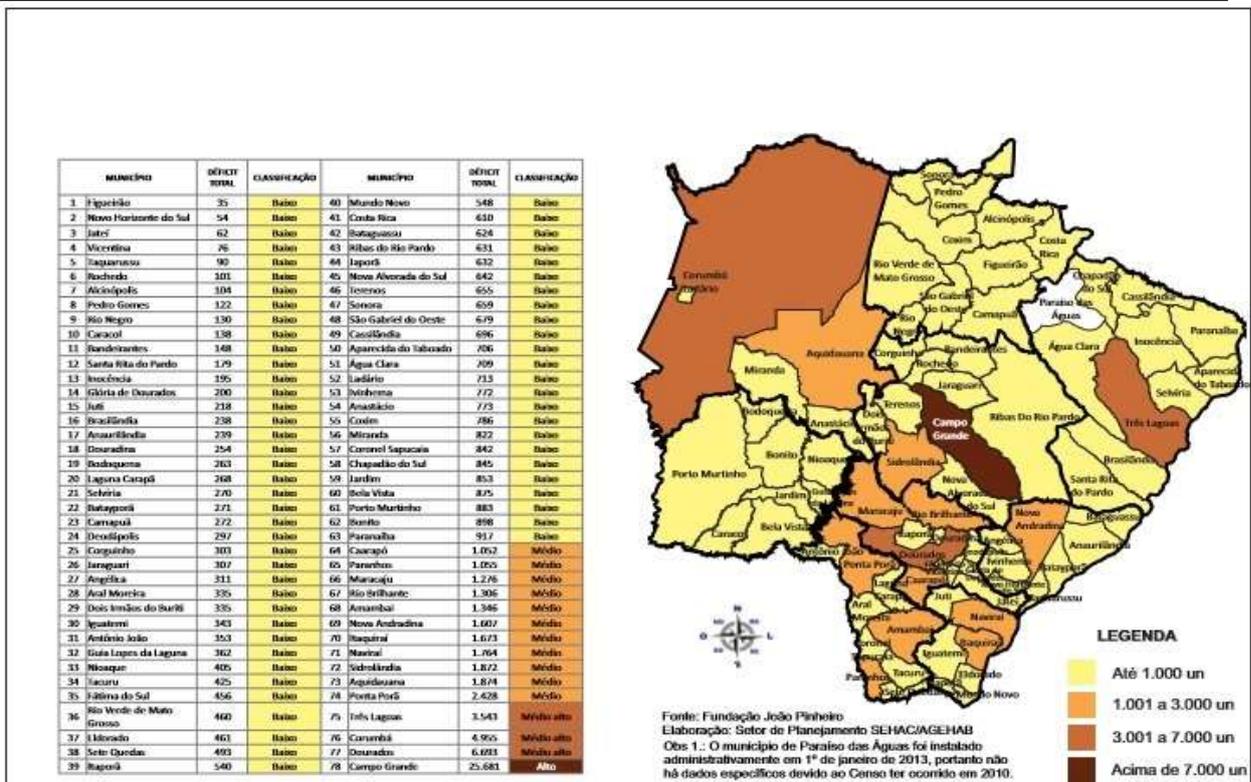
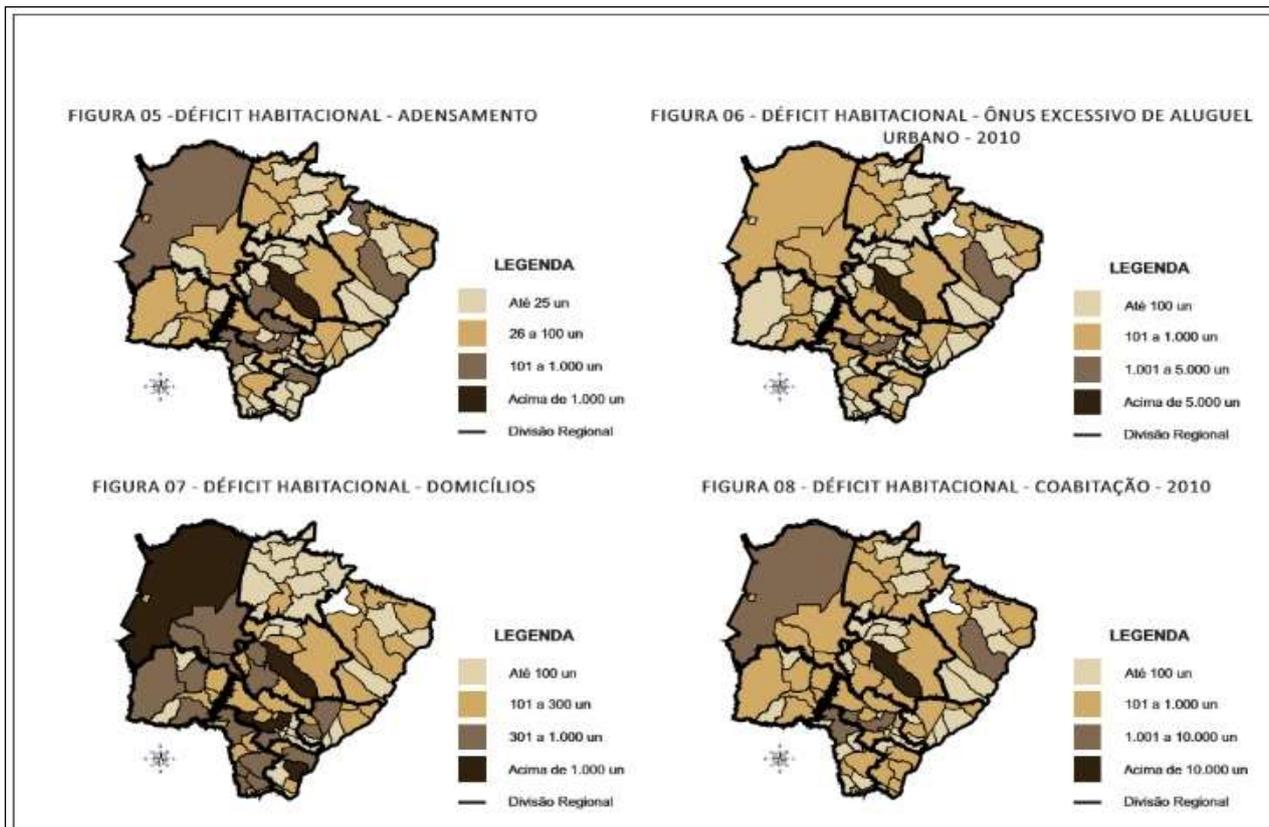
Em análise, como exemplifica o Gráfico 1 e Quadro 1, o déficit habitacional no estado de Mato Grosso do Sul vem diminuindo, e o grande componente desse resultado é de

habitação precária, que no ano de 2010 tinha 22.560 unidades habitacionais, chegando para 10.252 em 2011, e 2012 7.133, percebe-se que a queda no déficit habitacional total em 2010 é de 86.012 e esse número cai para 60.024 em 2012.

Quadro 1: Déficit Habitacional em Mato Grosso do Sul 2010-2012.

Ano	Déficit Habitacional	Total	Precários	Coabitção	Ônus	Adensamento
2010	Absoluto	86.012	22.560	32.124	26.021	5.307
2011	Absoluto	84.366	10.252	36.659	33.119	4.336
2012	Absoluto	65.024	7.133	22.231	32.304	3.356

Fonte: Secretaria de Estado de Habitação, 2016.



Mapa 2: Mapa da representação do déficit habitacional absoluto em MS.
Fonte: SEHAC, 201

Alguns programas habitacionais fomentados pelo governo federal estão inseridos em Mato Grosso do Sul, com destaque aqui para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para tanto, as instituições envolvidas na dimensão do PMCMV são Ministério das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho das Cidades, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que estão voltados às questões urbanas e habitacionais, entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

Quadro 2: Números de unidades habitacionais em Mato Grosso do Sul.

PRODUÇÃO HABITACIONAL SEHAC/AGEHAB 2007 - 2014						
REGIÃO	MUNICÍPIO	Concluídas / Entregues	Em andamento	Em contratação	Total Garantido	
BOLSAO	Água Clara	140	0	144	284	
	Aparecida do Taboado	120	423	0	543	
	Brasilândia	285	0	53	338	
	Cassilândia	100	50	156	306	
	Chapadão do Sul	320	59	42	421	
	Inocência	91	40	59	190	
	Paraíso das Águas	0	0	200	200	
	Paranaíba	372	75	0	447	
	Santa Rita do Pardo	130	476	0	606	
	Selvíria	55	452	0	507	
Três Lagoas	2.068	1.539	0	3.607		
TOTAL	3.681	3.114	654	7.449		
GRANDE DOURADOS	Caarapó	625	0	50	675	
	Deodápolis	99	43	0	142	
	Douradina	120	0	0	120	
	Dourados	3.274	1.735	1.911	6.920	
	Fátima do Sul	100	340	0	440	
	Glória de Dourados	195	130	0	325	
	Itaporã	500	50	0	550	
	Jateí	38	0	100	138	
	Maracaju	496	210	144	850	
	Rio Brilhante	714	431	0	1.145	
	Vicentina	418	100	0	518	
	TOTAL	6.579	3.039	2.366	11.823	
	NORTE	Alcinópolis	99	0	104	203
Camapuã		294	0	0	294	
Costa Rica		505	0	173	678	
Coxim		149	70	150	369	
Figueirão		110	0	102	212	
Pedro Gomes		98	85	0	183	
Rio Negro		69	10	0	79	
Rio Verde de Mato Grosso		214	1	19	234	
São Gabriel do Oeste		303	391	0	694	
Sonora		525	0	0	525	
TOTAL	2.366	557	548	3.471		
SUL-FRONTEIRA	Anembai	696	0	250	946	
	Antônio João	260	2	280	542	
	Aral Moreira	256	323	50	629	
	Coronel Sapucaia	383	107	100	590	
	Laguna Carapã	166	1	120	287	
	Paranhos	228	19	300	547	
	Ponta Porã	1.894	1.856	300	4.050	
	São Quotada	85	204	0	289	
	Tacuru	398	122	182	702	
	TOTAL	4.396	2.634	1.582	8.362	
LESTE	Anaurilândia	98	237	115	450	
	Angélica	214	102	0	316	
	Bataguassu	262	40	0	302	
	Batayporã	146	40	0	186	
	Ivinhema	280	265	0	545	
	Nova Andradina	692	1.370	0	2062	
	Novo Horizonte do Sul	219	0	100	319	
	Taquarussu	105	40	0	145	
	TOTAL	2.016	2.094	215	4.325	
	PANTANAL	Anastácio	267	809	0	1.076
Aquidauana		649	449	50	1.148	
Corumbá		1.200	0	0	1.200	
Ladário		0	237	0	237	
Miranda		371	0	0	371	
TOTAL	2.487	1.495	50	4.032		
CAMPO GRANDE	Bandeirantes	309	26	100	435	
	Campo Grande	10.534	2.596	0	13130	
	Corguinho	47	223	0	270	
	Dois Irmãos do Buriti	180	149	385	714	
	Jaraguari	195	181	40	416	
	Nova Alvorada do Sul	626	496	0	1122	
	Ribas do Rio Pardo	360	164	90	614	
	Rochedo	70	28	100	198	
	Sidrolândia	1.455	1.884	188	3527	
	Terenos	454	736	177	1367	
TOTAL	14.230	6.483	1.080	21.793		
CONE SUL	Eldorado	238	0	47	285	
	Iguatemi	121	290	0	411	
	Itaquiraí	213	1.213	0	1426	
	Japorã	198	263	100	561	
	Juti	175	45	100	320	
	Mundo Novo	239	69	0	308	
	Naviraí	194	800	0	994	
	TOTAL	1.378	2.680	247	4.305	
	SUDESTE	Bela Vista	507	31	5	543
		Bodoquena	248	4	0	252
Bonito		320	0	167	487	
Caracol		212	11	0	223	
Guia Lopes da Laguna		120	0	0	120	
Jardim		185	80	88	353	
Nioaque		233	63	0	296	
Porto Murtinho		393	71	0	464	
TOTAL		2.219	260	260	2.739	

Fonte: SEHAB, 2016.

O PlanHab criado em 2008 desempenha um papel importante sobre o PMCMV (2009), haja vista, que utiliza uma análise para classificar os municípios em todo o país que vão desde a concentração populacional e riqueza, grau de desigualdade social e regionalização a partir da microrregião levando em conta a rede entre as cidades, indicadores urbanísticos e

locais no intento de diminuir o déficit habitacional. O Plano Nacional de Habitação (PlanHab) classifica os municípios de Mato Grosso do Sul em: a) pequenas cidades em espaços rurais pobres, com alto dinamismo; b) centros urbanos em espaços rurais consolidados, com algum grau de dinamismo; c) centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza; d) pequenas cidades em espaços rurais pobres, com baixo dinamismo; e) pequenas cidades em espaços rurais prósperos; f) aglomerados e centros regionais Centro Sul; g) centros urbanos em espaços rurais prósperos (PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2008).

Não obstante, a metodologia que o PlanHab (2008) utiliza e as variáveis para classificar os municípios parte de estudos multivariados e indicadores intra municipais que são:

- Inserção em microrregiões de desenvolvimento econômico: maior ou menor concentração de riqueza e segundo o ritmo de crescimento (PNDR);
- Posição na rede de cidades: cidades pólos; cidades em aglomerações urbanas metropolitanas; integradas em dinâmicas econômicas regionais; isoladas; em enclaves de subsistência (segundo classificação das cidades pólo e rede de cidades elaboradas pelo IPEA/ UNICAMP/ IBGE e CEDEPLAR);
- Tamanho das cidades: grau de concentração populacional;
- Grau de concentração de atividades urbanas e porcentagem da população empregada (PEA) nos setores secundário e terciário;
- Indicadores sócio-econômicos da população, principalmente para avaliar as desigualdades sociais presentes no território (p. 1-2).

Conforme dados do PlanHab (2008) alguns municípios do estado de Mato Grosso do Sul estão classificados como: pequenas cidades em espaços rurais pobres com alto dinamismo.

No que tange às políticas públicas habitacionais, ressalta-se que há uma forma estratégica de planejamento, isso se dá por meio de planos e ações, resultante na normatização impressa no território. As políticas públicas aparecem como complexidade no território, principalmente entre estrutura e institucionalidades que é dado pelo conjunto de seus elementos (políticas, programas) e a funcionalidade que exerce, seguindo um repertório combinado no que se refere a seu uso.

Nesse contexto, a interpretação de Abramovay (2001, p. 04) contribui para o entendimento:

[...] o segredo do desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riqueza, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais.

O PlanHab (2008) tem uma metodologia para classificar municípios do estado de Mato Grosso do Sul, exemplificado na (Mapa 3) estão distribuídos em: pequenas cidades em espaços rurais pobres com alto dinamismo que são eles, Água Clara, Alcinópolis, Aparecida do Taboado, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Camapuã, Caracol, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Inocência, Nioaque, Pedro Gomes, Ribas do Rio Pardo, Rio Verde de Mato Grosso, Santa Rita do Pardo, Rio Verde de Mato Grosso, Santa Rita do Pardo, São Gabriel do Oeste, Selvíria e Sonora.

Existem também centros urbanos em espaços rurais (Mapa 3) com elevada desigualdade e pobreza como Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Coxim, Jardim, Miranda, dentre outras classificações.

Quadro 3: Investimentos do PMCMV em Mato Grosso do Sul em R\$.

Tipo	2011 a 2014	Estágio
Minha Casa, Minha Vida	324,99	Concluído
Financiamento SBPE	743,90	Concluído

Fonte: BRASIL, 2016.

Conforme o Quadro 3 em Mato Grosso do Sul o investimento em habitação pelo SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) é de 743 milhões de reais lembrando que SBPE utiliza recursos próprios para facilitar aos clientes a aquisição de imóveis. Essa opção, a pessoa pode possuir outros imóveis em seu nome, não há limite de renda e o financiamento pode ser feito dentro ou fora do Sistema Financeiro de Habitação. Já o MCMV o investimento é de 324 milhões de reais em produção de unidades habitacionais entre 2011 a 2014. Por mais que há uma quantidade significativa de investimentos no setor de habitação tem que ser levado em conta outras perspectivas de autores, professores, pesquisadores de grande entendimento sobre a temática

Ademais, em discussão uma cartilha “Como produzir moradia bem localizada com recursos do MCMV”, trata da importância do planejamento urbano, como também a utilização de instrumentos já previstos no Estatuto da Cidade. Desse modo o PMCMV dá preferência aos municípios que regulamentam seus planos diretores, essa cartilha é reflexo de que a União tem o conhecimento das carências que os Municípios têm no planejamento urbano, haja vista, que os municípios que fazem doação de terras têm um aporte mais preciso do PMCMV.

Conforme Bonduki (2009), algumas medidas merecem atenção urbanística do Programa Minha Casa Minha Vida, e sobretudo, porque representam importantes aspectos já previstas no PlanHab.

O PlanHab previu um leque de alternativas habitacionais a custos unitários mais reduzidos (como lotes urbanizados e/ou material de construção com assistência técnica), com potencial de atender um número maior de famílias; já o Minha Casa, Minha Vida fixou-se na produção de unidades prontas, mais ao gosto do setor da construção civil (p.13).

Ao mesmo tempo, autores como Rolnik (2009) e Maricato (2009), partem da seguinte perspectiva, de que o Programa é negligente na questão urbana, mesmo que prevê algumas condições mencionadas acima. Segundo Rolnik (2009), o país ainda não conseguiu implementar aparelhos legais, sendo que tem-se problemas com a regularização fundiária, instrumento esse de suma importância para produzir, de fato, moradia adequada, a exemplo, os vazios urbanos continuam assentados em todo o país.

Outra pesquisadora da temática Maricato (2009), afirma que o PMCMV deve direcionar investimentos entre Plano Diretor e Plano Habitacional sendo que a localização dessas moradias não repita erros antigos, para não prejudicar o desenvolvimento urbano destaca-se também que:

[...] apesar do Programa apresentar características que tocam a questão urbana do país, as mesmas são bastante superficiais. Vincular a aplicação de recursos à existência de plano diretor não é garantia de empreendimentos inseridos na malha urbana. Resumidamente, essa postura adotada pela União através do Programa, não colabora verdadeiramente com a resolução da questão fundiária do país e ainda aponta para o risco de incentivar a valorização dos terrenos habitáveis. Paralelamente, joga luz na deficiência dos nossos municípios no que diz respeito ao planejamento urbano. Certamente, não podemos conceber políticas habitacionais como simples replicação de unidades habitacionais, construção de novas unidades. É preciso construir cidades que gerem qualidade de vida (ROMAGNOL, 2012, p.20).

Por outro lado, para Maricato (2009), o Programa Minha Casa Minha Vida faz parte de uma política anticíclica, como exposto no capítulo anterior, com finalidade de aumentar os investimentos no setor da construção civil e sobretudo, a geração de emprego e renda e, diminuir os impactos da crise econômica mundial. A Política Habitacional contempla o atendimento às famílias de baixa renda, por meio de mecanismos que permitem que um segmento carente dos créditos convencionais possa adquirir moradias dignas, sem sufocar o orçamento dos contemplados, garantindo uma melhor qualidade de vida para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PMCMV, tem alcançado expressivos resultados em termos de produção habitacional, mesmo na parte da demanda, tem contribuído lentamente para o equacionamento déficit habitacional. Desde o BNH, que milhares de pessoas foram beneficiadas sem entrarmos no mérito qualitativo das obras e das problemáticas intrínsecas à política habitacional, com o Programa Minha Casa Minha Vida marca um período da história do país com a retomada de políticas públicas, onde a produção de moradias populares alcança novamente um novo patamar produtivo.

O avanço é nítido quando se trata em produção de unidades habitacionais como mostra os números citados, no Mato Grosso do Sul, porém ainda é um desafio manter essa política de cunho social, e contribuir para a melhoria das condições de moradia para a população. Para dar continuidade na política pública habitacional é preciso ter um diagnóstico da situação, não deve nem superestimar o déficit habitacional, pois dificultaria a obtenção dos recursos, e nem subestimar o déficit habitacional, o que deixaria descoberto parcelas da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica** in - ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo – Razões e ficções do desenvolvimento – UNESP/EDUSP – 2001.

BONDUKI, N. **Habitar São Paulo reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

_____. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, nº 82, maio/junho, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Habitação**, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/BH3ITw>> Acesso em: 14 set. 2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil, 2011-2012**. Belo Horizonte, 2015.

LAGO, L. C. do. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. 2003. Disponível em <<http://goo.gl/RKrtro>>. Acesso em: 15 dez. 2015. p. 2 e 3.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada**. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/v132ol>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Habitação**. SEHAC – Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/tlorx2>> Acesso em 25 de out. 2016.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Diagnóstico socioeconômico do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/lnZJsJ>> Acesso em 20 set. 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Indicadores Habitacionais de Mato Grosso do Sul**. SEHAC – Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades, 2014. Disponível em <<https://goo.gl/cpuM9s>> Acesso em 30 out. 2016.

MORIMISTSU, J. C. B.; SILVA, M. Políticas públicas habitacionais em Guarapuava- PR. **Cidade, cultura e ambiente: sob a perspectiva geográfica**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. **Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil**. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/2nmd6Ygl/2nmd6Y>> Acesso em set. 2016.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

ROLNIK, R. (org.). **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha casa minha vida?** Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade! Brasília: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2010.

ROMAGNOL, A. J. **O programa “minha casa, minha vida”: continuidades, inovações e retrocessos.** Revista Temas de Administração Pública. Araraquara :São Paulo, v.4, n.7, p.1-29, 2012.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global, 1986.